

A GESTÃO DA PREVENÇÃO NA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO: APROXIMAÇÕES DIALÉTICAS PELA PROBLEMÁTICA DA CORPOREIDADE NO TRABALHO

Fabiana Ribeiro Monteiro

(Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP
fabianamonteiro@ufpi.edu.br)

INTRODUÇÃO

A temática da Saúde e Segurança no Trabalho (SST) tem sido objeto de atenção em diferentes momentos históricos, embora com ênfases variadas. Subjacente a esta preocupação, se encontra a intenção de transformar a realidade dos trabalhadores e, por extensão, da população em geral, a partir da compreensão de processos de trabalho particulares, de forma articulada ao consumo de bens e serviços e ao conjunto de valores de uma sociedade em determinado momento histórico da humanidade (MINAYO-GOMEZ & THEDIM-COSTA, 1997). A constituição do campo da SST levou, por sua vez, a formação de um meio profissional voltado a essa questão, com atuação em várias frentes. Especialistas como médicos do trabalho, engenheiros e técnicos de segurança, enfermeiros e auxiliares de enfermagem do trabalho, psicólogos do trabalho, assistentes sociais, dentre outros, além dos trabalhadores organizados em Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), têm a gestão da SST como seu objeto de atuação profissional, com responsabilidades na elaboração e implementação da legislação vigente em organizações empresariais e de serviços.

Na legislação brasileira, a questão da Saúde e Segurança do Trabalho expressou-se na regulamentação do Capítulo V da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), principalmente no que se refere à obrigatoriedade de equipes técnicas multidisciplinares nos locais de trabalho. De acordo com Lacaz (1997), foram criados os Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), atendendo à Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tendo como papel fundamental monitorar as atividades referentes à Saúde Ocupacional nas empresas. O número e a composição dos SESMTs variam de acordo com o grau de risco e o número de empregados da empresa, conforme está previsto na Norma Regulamentadora de nº 4 (NR-4), cuja redação foi dada

pela Portaria nº 33 de 27 de outubro de 1983. A ausência de programas definidos de Saúde Ocupacional pode gerar para a empresa responsabilidades civil, criminal, trabalhista, além da aplicação de multas pela fiscalização do MTE.

Tal quadro foi discutido em minha dissertação de mestrado quando analisamos os sentidos do trabalho entre os profissionais do SESMT no contexto de uma companhia geradora de energia elétrica no Nordeste brasileiro. Percebemos, dentre outros aspectos, dificuldades no trabalho de forma interdisciplinar, característica de urgência na resolução de problemas, sobrecarga de trabalho para as técnicas de segurança e enfermeiras do trabalho, divisão sexual dos cargos e tarefas, e, sobretudo, um imenso esforço para cumprir as exigências normativas da legislação, dado este considerado a principal fonte do sofrimento no trabalho entre os profissionais da SST (MONTEIRO, 2007).

As normas são reformuladas tendo por base um comportamento ideal, a ser apresentado em condições previstas. Estas são exigidas e fiscalizadas periodicamente pelos PCMSO's e PPRA's através das chamadas "ações de prevenção" que possuem como metodologia de trabalho execução de campanhas educativas, palestras, treinamentos, auditorias, cujo discurso pauta-se, de forma geral, no *uso adequado do corpo* para evitar doenças e acidentes ocupacionais (MONTEIRO & ARAÚJO, 2009). Todavia, tal procedimento não obtinha sucesso, como foi descrito em minha dissertação, pois os demais trabalhadores continuavam a se acidentar e adoecer, além de demonstrarem atitudes de resistência e/ou dificuldade na manutenção das orientações dadas pelos profissionais do SESMT. Daí a ideia recorrente de que os trabalhadores precisavam de *vigilância* para não correr o risco de quebrar as regras, configurando assim, numa repetição de temáticas nos treinamentos e fiscalizações, que iam desde a orientação de uma alimentação saudável, realização frequente de exames periódicos ao uso correto dos equipamentos de proteção individual (MONTEIRO, 2007).

Neste direcionamento, parte-se do pressuposto de que é no *corpo* onde se cristalizam as crenças, as representações e os significados dos sentidos do trabalho e, por conseguinte, das ações de prevenção entre os profissionais da SST. Neste sentido, considerando a atividade de prevenção realizada via os corpos dos trabalhadores e trabalhadoras sob campos de conhecimento inseridos numa hierarquia de saberes e lógicas diferentes, questionamos: quais sentidos de corporeidade se constituem entre os profissionais do SESMT e que impactos produzem na sua subjetividade? Como eles representam o corpo (e a mente) dos trabalhadores pelos quais são responsáveis? Há relação entre o gerenciamento dos riscos e uma pedagogia dos corpos?

Memória mutante das leis e dos códigos de cada cultura, registro das soluções e dos limites científicos e tecnológicos de cada época, o corpo não cessa de ser (re) fabricado ao longo do tempo. De acordo com Sant'Anna (2005), o corpo está submetido à gestão social tanto quanto ele a constitui e a ultrapassa. Torna-se, portanto, fundamental localizar, primeiramente, “[...] as problematizações que tornaram possível uma série de práticas e de representações corporais que convergem num resultado provisório entre técnica e sociedade, sentimentos e objetos, numa linguagem polissêmica e histórica” (SANT’ANNA, 2005:12).

O objetivo deste trabalho, portanto, visa discutir os principais aspectos relacionados a esta problemática que emergiu na referida pesquisa e os pontos de análise que atualmente estamos nos debruçando, por meio da abordagem da Psicologia Sócio-Histórica, no meu curso de doutorado.

Percurso Metodológico

Participaram desta pesquisa dezoito profissionais da SST (entre eles seis técnicos de segurança, cinco engenheiros de segurança, três enfermeiras do trabalho, um médico do trabalho e três técnicas de enfermagem do trabalho). Após negociação com semi-estatal nordestina e dialogados os aspectos éticos, realizamos entrevistas semi-estruturadas individuais no local e horários de trabalho. O roteiro desta incluía questões acerca da trajetória profissional, atividade, política da SST da empresa, métodos de análise de acidentes, ações de prevenção, relação sofrimento e prazer no trabalho, dinâmica do reconhecimento, organização e condições laborais. Na investigação da atividade, utilizamos dois métodos indiretos de análise. No primeiro deles, inspirado na Análise Coletiva do Trabalho (FERREIRA, 1993) procuramos explorar as definições dos participantes da pesquisa a respeito de um dia habitual e de um dia intenso de trabalho. No segundo, usamos a técnica “Instruções ao Sósia” (ODONE, RE & BIRIANTE, 1981). Embora fosse nossa intenção, não conseguimos realizar observações sistemáticas do trabalho dos profissionais da SST. Essa impossibilidade decorreu das suas constantes viagens, reuniões e atividades extras. Os dados obtidos foram analisados por meio da Análise de Conteúdo Temática, proposta por Minayo (2004) e Gonzalez-Rey (2002).

Corpo e trabalho: aspectos sócio-históricos de uma relação fragmentada.

Apesar da naturalização dessas práticas de prevenção em muitas organizações da atualidade, o filósofo francês Michel Foucault (2008) explica que foi o capitalismo (fins do século XVIII e início do XIX) que socializou um primeiro objeto, o corpo, enquanto força de produção, força de trabalho. De acordo com Mendes (2006), a noção de corpo para Foucault é fator central para explicar a expansão e a determinação de relações poder-saber nas sociedades modernas. O corpo deveria cumprir seu papel. Para tanto, está atrelado a formas de atuação, a mecanismos de controle, a formas “econômicas” de usá-lo e pensá-lo. Afinal, há uma complexidade de rituais a ser seguida, uma eficiência a cumprir. “O corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1985:28). Economias e tecnologias políticas de corpos fazem-se essenciais, centrais para os “corpos dóceis” enquadrados e, ao mesmo tempo, produtivos. Assim, a sujeição “pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror e, no entanto, continua a ser de ordem física” (FOUCAULT, 1985:28). Essa matéria física, o corpo, não é inerte, mas sim uma superfície moldável, transformável, remodelável por técnicas disciplinares e de biopolítica. Com isso, o corpo “é um ente – com sua propriedade de “ser” –, que sofre a ação das relações de poder que compõem tecnologias políticas específicas e históricas” (MENDES, 2006:169).

A discussão sobre o corpo, seu cuidado, seu tratamento e sua educação, na atualidade, é alvo de uma grande quantidade de estudos. Rodrigues (2008) mostra que é possível encontrar muitos pesquisadores, professores e interessados em geral em discutir a corporeidade, de um lado, e em discutir o mundo do trabalho, de outro, embora haja uma sensível escassez de reflexões que se debrucem sobre a corporeidade e suas relações com esse mundo, principalmente à luz das transformações do processo do trabalho.

Entre as ciências humanas da Modernidade, o corpo humano é socialmente concebido, cumpre uma função ideológica, e ao analisarmos sua representação social é possível se aproximar de numerosas vias de acesso à estrutura de uma sociedade particular. Hertz (1980) lançou duas idéias fundamentais, vocacionadas a orientar uma boa parte dos estudos posteriores da antropologia do corpo. Primeiro a de que o corpo humano é por excelência uma expressão simbólica da própria sociedade, de cada sociedade. Depois, a de que qualquer sociedade se faz fazendo os corpos daqueles em que ela se materializa.

Os primeiros registros sobre a relação entre as questões corporais e as questões sociais surgiram, de acordo com Le Breton (2007), nos estudos de Marx, em *O Capital* (1867), onde era

possível encontrar uma análise clássica da condição corporal do homem no trabalho. Seus estudos têm objetivos mais urgentes que o de encontrar ferramentas suscetíveis de pensar o corpo de maneira metódica, no entanto, contém a primeira condição para a abordagem sociológica do corpo.

O referencial marxista ainda é frequentemente utilizado para problematizar a relação corpo e trabalho na atualidade. Segundo Harvey (2004), o capital molda os corpos de acordo com seus próprios requisitos, ao mesmo tempo em que os corpos internalizam em seu modo de agir desejos corporais, vontades, necessidades e relações sociais estabelecidas pelo meio social em que estão inseridos (por vezes expressos abertamente como lutas coletivas fundadas na classe, comunidade ou identidade) por parte do trabalhador. Scarry (1985) explica tal premissa quando afirma que Marx, em toda sua obra, “assume que o mundo feito é o corpo do ser humano e que, tendo projetado o corpo ao fazer o mundo, homens e mulheres são descorporificados, espiritualizados” (SCARRY, 1985: 244).

Neste sentido, Alves (2007) argumenta que corpo se torna também campo de luta da “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. “[...] É um elemento da nova disposição sócio-subjetiva instaurada pelo toyotismo e que caracteriza o novo modo de articulação corpo-mente, tanto no processo de trabalho, quanto no processo sócio-reprodutivo” (ALVES, 2007: 221).

Segundo Herold Jr. este processo acontece da seguinte maneira:

[...] o ponto central da exploração capitalista se dá no consumo da força de trabalho, uma mercadoria “especial” que possui a capacidade de produzir valor. A dialética entre *trabalho concreto* e *trabalho abstrato*, seguida por Marx na construção histórica da classe trabalhadora como vendedora de sua “pele”, é a base para explicar o fato de uma exploração dar-se com a aparência de uma relação juridicamente equânime. Ao comprar a capacidade de trabalho, abstratamente considerada, e consumi-la concretamente, o proprietário dos meios de produção extrai a *mais-valia*, dando início a um ciclo mediado pelas dimensões culturais, políticas, científicas e tecnológicas, que se determinam mutuamente nesse “momento” de troca e produção, de consumo e trabalho, de produção coletiva e apropriação privada, pela contradição entre a necessária organização da fábrica e o caos da divisão social do trabalho (HEROLD Jr., 2008: 103).

Assim, na economia capitalista, o homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias, que lhe são estranhas. Lukács (2003 apud FURTADO & SVARTMAN, 2009) parte exatamente da análise feita por Marx sobre a essência da mercadoria para fazer derivar aspectos psicossociais e subjetivos

ligados às características da produção capitalista. Entre os fenômenos psicossociais salienta: a auto-objetivação imposta ao trabalhador (tomar-se a si mesmo como instrumento da produção), o impacto da redução de todos os aspectos concretos da atividade produtividade e lucro, a fragmentação contínua da atividade e o desenvolvimento de uma atitude contemplativa frente às máquinas e objetos de trabalho (FURTADO & SVARTMAN, 2009:95).

Ainda de acordo com os autores acima citados, o ocultamento das condições que produzem a mais-valia (desconhecimento do valor da força de trabalho depositada em um produto) é oculta para o trabalhador porque não pode ser significada. Essa impossibilidade, que é a chave da acumulação capitalista, é o que produz a *fragmentação da consciência*. A expressão do campo moral, ideológico, jurídico, entre outros, passa a compor o repertório da consciência fragmentada e concretamente é o que produz o necessário conformismo que garante a forma de dominação dos trabalhadores em geral, sem que se tenha consciência dessa dominação. Ao contrário, exatamente por meio de campo de justificativas nos consideramos livres; livres para vender nossa força de trabalho.

Sob este aspecto, Rodrigues (2008) sinaliza que foi na transição do corpo coletivo para o corpo individual (era capitalista) que se fomentou essa base material da consciência. Na cultura popular medieval o indivíduo se diluía no corpo social, no cósmico e no universal. O contexto corporal era público, a sensibilidade corporal se dava a partir de toques espontâneos, gestos destemidos, corpo expressivo, indisciplinado, transbordante, promíscuo. O corpo-ferramenta da era capitalista foi definido pelos músculos, força, resistência, disciplina e rentabilidade.

Martins (2011) acrescenta que de acordo com Foucault (2008), desta forma os corpos encontraram-se diretamente mergulhados num campo político. Este investimento político dos corpos está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, aos novos ditames da vida urbana moderna e à sua utilização econômica.

[...] Como força de produção, os corpos são investidos por relações de poder e de dominação. Ademais, sua constituição como força de trabalho só é possível se eles estão presos a sistemas de sujeição, nos quais a necessidade é também um instrumento político, cuidadosamente organizado, calculado e utilizado (MARTINS, 2011:102).

A condição corporal capitalista transformou o corpo numa propriedade privada, um bem de produção do qual o burguês antes de qualquer coisa, deveria tornar-se proprietário exclusivo. Neste sentido, segundo Herold Jr. (2008), quando Marx trata da terra ou de qualquer artefato tecnológico,

ele os define como um prolongamento do corpo do trabalhador. Assim sendo, o burguês ao se tornar o proprietário das ferramentas, ou seja, do corpo do trabalhador, contribui para o processo da fragmentação que é produzido pelo fenômeno do fetiche da mercadoria.

O fetiche da mercadoria é o caráter fantasmagórico adquirido pelo produto quando se separa a sua base produtiva da força de trabalho que o produz (FURTADO & SVARTMAN, 2009). O produto se transforma em objeto de consumo e perde a sua condição de objeto de produção. Fragmentar a linha de produção é estratégia produtiva que faz sentido para o trabalhador porque o critério que lhe é imposto é o da venda de sua força de trabalho e o valor dessa força. Assim, constituiu-se o paradigma da corporeidade capitalista: criar a ilusão de que o ser humano é livre para alugar sua força de trabalho, é dono do seu próprio destino, do seu próprio corpo.

A classe trabalhadora no século XXI, em plena era da globalização, é, portanto, mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada. Pode-se constatar, neste processo, uma perda significativa de direitos e de sentidos, em sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente. O sistema de metabolismo, sob controle do capital, tornou o trabalho ainda mais precarizado, por meio das formas de subempregado, desempregado, intensificando os níveis de exploração para aqueles que trabalham (ANTUNES E ALVES, 2004). No tocante a temática da Saúde e Segurança do Trabalho, tal realidade está relacionada, de acordo com Garrigou et al (1999), com o modelo de homem, risco e saúde ocupacional que as empresas geralmente definem a partir de um projeto tecnológico pautado numa paradigma de racionalidade técnica nas *ações de prevenção*. O enfoque da atividade humana se reduz a sua dimensão física ou fisiológica do corpo, separando os aspectos cognitivos (mentais) da dimensão sócio-cultural (organizacional) de quem realiza o trabalho. Este pressuposto fisicalista (ou naturalista) oferece uma descrição positiva do comportamento; de uma subordinação do mesmo a postulação de leis. No sentido de leis da natureza, leis fisiológicas e leis psicológicas cujos fundamentos foram estabelecidos pelo método experimental.

De acordo com Dejours (2005) adotar essa posição teórica de modo rigoroso implica sustentar tudo aquilo que nas condutas humanas afasta-se da racionalidade instrumental pelas condutas irracionais (aquilo que não dá conta das pressões provocadas pelo afastamento desses comportamentos na análise). De maneira que estes componentes “irracionais” do comportamento fazem seu retorno na situação de trabalho e é necessário dominá-los ou domesticá-los. “[...] Dominá-los é submetê-los ao controle, à disciplina, à sanção; domesticá-los é tentar fazê-los passar pelo primado da racionalidade instrumental por intermédio da formação”. (DEJOURS, 2005:31).

De acordo com Dwyer (2000), tal perspectiva *técnica* fortalece o poder dos profissionais em Saúde e Segurança do Trabalho, na medida em que o trabalhador que vive o risco cotidianamente

não é considerado um “homem bem informado”, pelo contrário, ele é tratado como se tivesse cedido *o controle de seu destino aos especialistas*. A execução inadequada dessas informações pode lhe atribuir a denominação de *falha humana* no caso de qualquer deslize do sistema organizacional.

Este é o paradigma do *Ato Inseguro* que consiste numa concepção tecnicista do acidente que deposita no ser humano a exclusiva responsabilidade pelo mesmo. Ao fator humano, portanto, cabe a atribuição de gerir o risco. Trata-se de uma análise monocausal, tradicional, que limita o aprendizado das organizações por meio de suas falhas e tende a culpabilizar os trabalhadores (as próprias vítimas) pelos acidentes e doenças ocupacionais. Machado, Porto & Freitas (2000) enfatizam que essa forma restrita de tratar os riscos ocupacionais articula-se com um controle gerencial da força de trabalho, por meio de uma política de saúde e segurança no trabalho com forte componente simbólico e marcada por práticas de comunicação e decisão não participativas.

O conhecimento reivindicado por observadores peritos (em parte e de maneiras muito variadas a exemplo dos profissionais da SST) reúne-se a seu objeto, deste modo (em princípio, mas também normalmente na prática) alterando-o. Giddens (1997) enfatiza que nenhum conhecimento sob as condições da modernidade é conhecimento no sentido “antigo” em que “conhecer” é estar certo. O conhecimento sobre as práticas é parte do próprio tecido das instituições modernas. A reflexividade da modernidade, que está diretamente envolvida com a contínua geração de autoconhecimento sistemático, não estabiliza a relação entre conhecimento perito e conhecimento aplicado em ações leigas. Desta maneira, salienta o autor, a *reflexividade* joga importante influência sobre a dinâmica da vida moderna, uma vez que “[...] diz respeito à possibilidade de a maioria dos aspectos da atividade social, e das relações materiais com a natureza, serem revistos radicalmente à luz de novas informações ou conhecimentos”. (GIDDENS, 2002:18).

Conforme sinaliza Beck (2010), vivemos numa *sociedade do risco*, na qual ameaças e ambivalências antes resolvidas pelos referenciais dos grupos sociais tornaram-se responsabilidade dos indivíduos. As contradições sociais passaram a ser experimentadas como riscos pessoais, enquanto riscos gerados pelo processo de modernização foram privatizados e distribuídos desigualmente. Assim também aconteceu com os riscos de saúde. A ideia de responsabilidade individual pela própria saúde parece ter adquirido, em nossa época, uma espécie de credibilidade absoluta que condena todos à prevenção dos riscos de adoecimento por meio do estilo de vida.

Além disso, a ideia contemporânea do erro humano postula que o mesmo se desenvolve como um sintoma de problemas profundos do sistema, o que requer a compreensão de como as avaliações e ações das pessoas fazem sentido nas circunstâncias em que ocorreram. Por isso, os

riscos nos locais de trabalho não são um problema meramente técnico, mas de natureza *ética e política*, e tem mais a ver com as relações de poder na sociedade e nas empresas do que com o mundo restrito da ciência e da técnica (RIBEIRO, 2003).

Desta maneira, conforme sinaliza Martins (1999), abordar o corpo tendo como anteparo o mundo do trabalho, e ao mesmo tempo, enxergar o mundo pela corporeidade, nos trará a história cosmológica dos corpos dos trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, dos cuidados rituais com o corpo carnal que são, na verdade, cuidados rituais com o corpo simbólico, que revelam a realidade dupla e dialética de uma dada sociedade, a história pela qual passam os sujeitos trabalhadores.

Considerações Finais

A Psicologia Sócio-Histórica, apoiada na compreensão de que a consciência se desenvolve na relação com as condições sociais de trabalho, a partir da efetiva atividade dos homens, coloca-se como um dos instrumentos de superação da consciência fragmentada analisando, a partir do seu referencial, as condições concretas das relações de trabalho (FURTADO & SVARTMAN, 2009). As contradições da Modernidade trazem elementos complexos da vida em sociedade, abrindo reação às dicotomias, dentro destas últimas à dicotomia da relação indivíduo-sociedade em que se encontra a relação capital-trabalho. Esta ilustra tal incoerência e representa uma experiência concreta de constituição de uma subjetividade individual por meio de um coletivo. É uma experiência possibilitada pela mesma organização social que requereu que o homem ocupasse os lugares (na produção e no consumo) como ser individual; o sujeito racional autônomo precisa submeter-se à objetividade e à racionalidade do objeto, tendo sua autonomia limitada, daí a contradição (BOCK & GONÇALVES, 2009).

A cisão mente e corpo permeia a problematização da relação corpo e trabalho. O corpo individual está associado às práticas mais concretas do cotidiano e ilustra que existe uma história de aproximação privada do eu, assim como há uma história da propriedade de produção. Rodrigues (2008) aponta que a capacidade de compreender os modos de subjetivação humanos só é factível com base na consideração dos processos corporais como fenômenos sociais. A concreticidade de uma sociedade residirá nos seus corpos, no âmbito das relações sociais que atribuem sentido a cada parte do corpo, na compreensão do uso de sua sensorialidade; este pode ser um outro ponto de análise possível na tensão dialética entre subjetividade e objetividade da realidade.

De acordo com Mauss (2003) “Não há técnica e tampouco transmissão se não há tradição. Como toda técnica, os usos do corpo são aprendidos: “em todos esses elementos da arte de utilizar o corpo humano, os fatos de *educação* dominam” (MAUSS, 2003: 215). Deste modo o autor sugere que os fenômenos corporais não mais seriam exclusivos das ciências naturais: uma visão clara dos mesmos exigirá uma tripla, em vez de única, consideração, seja ela fisiológica, psicológica ou sociológica, que poderá refletir na formação de trabalhadores (as) ou técnicos (as) de SST na medida em que estão sensíveis às dimensões éticas e políticas imbricadas no gerenciamento dos riscos ocupacionais.

Referências:

ALVES, Giovanni. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2ª edição. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo & ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 04/04/2014.

BECK. Ulrich. *A sociedade de risco - rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34. 2010.

BOCK, Ana Maria Mercês Bahia & GONÇALVES, Maria da Graça M. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais in BOCK, Ana Maria Mercês Bahia & GONÇALVES, Maria da Graça M.(orgs) *Dimensões subjetivas da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2009.

DWYER, Tom. A Produção Social do Erro – O Caso dos Acidentes Ampliados. In: *Acidentes industriais ampliados: desafios e perspectivas para o controle e a prevenção*. (C.M. Freitas, M.F.S. Porto, J.M.H. Machado, orgs.), pp. 107-126. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2000.

DEJOURS, Christophe. *O fator humano*. Tradução: Maria Irene Stocco Betiol, Maria José Tonelli. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FERREIRA, L.L. Análise Coletiva do Trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 21(78), abr/mai/jun, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____ “O cuidado de si”. In: *História da sexualidade*. Vol.3. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FURTADO, Odair & SVARTMAN, Bernardo. Trabalho e alienação in BOCK, Ana Maria Mercês Bahia & GONÇALVES, Maria da Graça M.(orgs) *Dimensões subjetivas da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2009.

FURTADO, Odair. *Trabalho e solidariedade*. São Paulo: Cortez, 2011.

GARRIGOU, A., WEILL - FASSINA, A., BRUN, J. P., SIX, F., CHESNAIS, M., CRU, D. As Atividades dos Profissionais de Segurança: uma problemática desconhecida. *Actes du congrès de l'Abergo*, Salvador - Bahia. 1999.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

HERTZ, Robert. “A preeminência da mão direita – estudo sobre a polaridade religiosa”. *Religião e Sociedade*, 6. pp 99-128. Rio de Janeiro: Novembro de 1980.

HEROLD JUNIOR, Carlos. Os processos formativos da corporeidade e o marxismo: aproximações pela problemática do trabalho. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

LACAZ, F. A. C. Saúde dos Trabalhadores: cenário e desafios. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(2), p. 07-19, ISSN 0102-311X, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1360.pdf> Acesso em: 10.09.2012.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 2ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

MACHADO, J.M.H., PORTO, M.F.S. & FREITAS, C.M. Acidentes Industriais Ampliados. In Machado, J.M.H., Porto, M.F.S. & Freitas, C.M. (Orgs) *Perspectivas para Análise Interdisciplinar e Participativa de Acidentes (AIPA) no Contexto da Indústria de Processo*. (pp. 49-81). Rio de Janeiro: FioCruz. 2000.

MARTINS, Carlos José. Governo dos corpos e da população: biopolítica e governamentalidade. *REU*, Sorocaba, SP, v. 37, n. 2, p. 101-113, dez. 2011.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENDES, Cláudio Lúcio. O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, n. 39, p. 167-181, Abril de 2006. Disponível em: http://www.cfh.ufsc.br/~revista/rch39/RCH39_artigo_9.pdf. Acessado em 01.04.2014.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO-GOMEZ, Carlos & THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 13(Supl. 2): 21-32, 1997.

MONTEIRO, Fabiana Ribeiro. A atividade dos profissionais em saúde e segurança do trabalho no contexto de uma empresa nordestina geradora de energia elétrica. *Dissertação de Mestrado*, Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa PB. 2007.

MONTEIRO, F.R. & ARAÚJO, A.J.S. Os dilemas da prevenção na atividade dos profissionais de saúde e segurança de uma empresa de energia elétrica. In. *Subjetividade e Trabalho: “a vida não é só isso que se vê”*. Neves, M.Y. (orgs)... [et al] João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

ODDONE, I., RE, A. & BRIANTE, G. Redescobrir a experiência operária: por uma outra Psicologia do Trabalho. Paris: Messidor/Ed Sociales (tradução francesa de *Esperienza operária, coscienza di classe e psicologia del lavoro*. Roma: Giulio Einaudi. Tradução brasileira por Dulcéa Machado, 1977, p. 55-62. Paris: Messidor, 1981.

RIBEIRO, Renato Janine. Novas fronteiras entre a natureza e a cultura. In: NOVAES, A. (Org.). *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

RODRIGUES, José Carlos. *O Corpo na História*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. (org.) *Políticas do corpo*. São Paulo, 2ª Ed. Estação Liberdade, 2005.

SCARRY, Elaine. *The body in pain*. The making and unmaking of the world. New York: Oxford University Press, 1985.